



ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO FORMOSO

Às nove horas e cinquenta minutos do décimo quarto dia do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, foi realizada a Assembléia Ordinária com os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso no município de Gurupi – TO, na sede da Diretoria Regional de Ensino com o objetivo de discutir os resultados do Relatório Final do “Estudo de Metodologia e Avaliação dos Impactos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Formoso” e decidir sobre os valores e os mecanismos de Cobrança pelo uso da água na bacia. A Presidente do CBH-RF Pedromária Batista de Melo fez a abertura da reunião agradecendo aos presentes e, em seguida passou a palavra ao Sr. Eduardo Lanna, representante da empresa GAMA-ENGENHARIA DE RECURSOS HÍDRICOS contratada pelo governo do estado por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos para a elaboração do Estudo, que iniciou a apresentação das propostas para apreciação do Plenário do CBH-RF. A apresentação do Sr. Lanna (GAMA-Engenharia) foi interrompida pelo senhor Enio Nogueira, representante da Associação dos Amigos da Lagoa – ACAL, que fez vários questionamentos sobre o valor a ser cobrado e as propostas apresentadas, ressaltando as dificuldades em que o país está enfrentando e a carga de imposto que os agricultores já pagam para produzir. Em resposta a fala do Sr. Enio, a presidente do comitê, Pedromária e o representante da SEMARH, o Sr. Aldo Azevedo, argumentou sobre a importância e os benefícios que a cobrança irá trazer para o comitê e todos os usuários da bacia do Rio Formoso. No final da apresentação, o Sr. Lanna (GAMA-engenharia), apresentou várias recomendações direcionadas ao NATURATINS, ali representado pela Sra. Vanessa Sardinha, gerente de recursos hídricos. Após o término da apresentação do senhor Lanna (GAMA-engenharia), a Sra. Vanessa falou um pouco de como o NATURATINS está se organizando para cumprir as recomendações e acrescentou a importância da participação dos setores de



fiscalização e monitoramento do NATURATINS nas reuniões do comitê. Em seguida, a presidente do comitê Pedromária, falou da importância do comitê e do seu papel dentro da bacia hidrográfica do Rio Formoso e ressaltou as dificuldades financeiras que o comitê enfrenta, afetando assim o desenvolvimento de atividades e responsabilidades do mesmo. A Presidente ainda relatou sobre sua viagem para o IV Encontro Formativo Nacional de Educação Ambiental para a Gestão das Águas e o XIII Dialogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos, no qual despertou um interesse de inserir jovens dentro do comitê, decidindo assim incluir a participação de um jovem no XVII Encontro Nacional de Comitê de Bacias Hidrográficas – ENCOB que será realizado em Caldas Novas - GO. De acordo com a Presidente do Comitê, além do jovem irá para o ENCOB, a senhora Pedromária, presidente do comitê, o senhor Lourivan, vice - presidente, o senhor Gilberto, secretário executivo e a senhora Gleiviane, representante do município de Cariri – TO. Em seguida a palavra ficou com o Sr. Aldo Azevedo que falou novamente da importância de se decidir pelo valor e os mecanismos da cobrança, ressaltando que a gestão dos recursos é descentralizada e a cobrança será um marco no fortalecimento da gestão desse Comitê e não é intenção do governo penalizar o setor usuário de água da bacia, para isso foi contratada a consultoria para fazer o estudo e subsidiar o CBH a tomar a melhor decisão sobre o valor e os mecanismos de cobrança para a bacia. Seguindo a assembléia, o Sr. Jair da Costa, representante da Universidade Federal do Tocantins, pediu a palavra, deixando claro, que em sua opinião não tinha quórum suficiente para realizar a votação. O mesmo explicou que a votação só teria validade legal se houvesse a presença de 50% mais um dos membros do comitê. Essa colocação levantou a uma discussão sobre **maioria absoluta** e **maioria simples**, a senhora Pedromária sugeriu que o Regimento Interno do CBH-RF seja revisado para que fique mais claro como deve ser feita a contagem do quórum nas reuniões e votações. Recorrendo a leitura do Regimento Interno do CBH-RF, onde no seu **Art.14.** traz ” As reuniões ordinárias serão realizadas com a presença de, no mínimo, **da maioria simples** dos membros do CBH-RF”. Hora segundo o

conceito de **Maria simples**, esse se remete a maioria dos presentes e não pode ser confundida com **maioria absoluta** que se remete a maioria dos representantes do colegiado estando presente ou não na assembléia terão que ser levados em consideração na determinação do quórum. Diante do impasse foi realizada uma votação, sugerida pela presidente, para decidir se prosseguiria com a votação para decidir sobre os valores e os mecanismos da Cobrança nessa reunião. Realizada esta votação, houve onze votos a favor e, nenhum contra e, somente uma abstenção a do senhor Jair da Costa que solicitou que constasse em ATA a sua abstenção e o seu posicionamento. Com esse resultado a assembléia continuou com a apresentação dos resultados pelo representante da GAMA-Engenharia, que apresentou três metodologias de Cobranças que melhor se adequaria a realidade do CBH-RF, fazendo inclusive simulações da arrecadação anual que cada uma delas traria ao CBH caso fosse implantada, bem como o impacto das mesmas nos custos de produção das lavouras irrigadas na região e, na tarifa do abastecimento de água das empresas concessionárias. Concluída a apresentação foi realizada a votação para escolha de uma das três metodologias de cobrança apresentadas pelo senhor Eduardo Lanna que será implantada pelo CBH-RF. No momento da votação estavam presentes Treze membros titulares, desses Treze, nove votaram pela aprovação dos valores e mecanismos apresentada na simulação de número dois e houve quatro abstenções e, nenhum voto contra. Ficando portanto assim o impasse se com esse quórum a votação seria valida para a aprovação dos mecanismos de cobrança apresentados na simulação de número dois. Dando prosseguimento à assembléia o senhor Eduardo Lanna (GAMA- Engenharia) apresentou a minuta da deliberação do CBH-RF para apreciação dos presentes. No final da apresentação da minuta o senhor Enio Nogueira pediu a palavra e sugeriu que se fosse utilizada na minuta uma linguagem mais simples para que todas as pessoas, inclusive as com menor grau de instrução e conhecimento técnico possam entender. No mesmo contexto de discussão foi questionado por algumas pessoas como seria regulamentado o gasto do recurso gerado pela cobrança, sendo sugerido pelo



senhor Eduardo Lanna (GAMA Engenharia) que fosse feito uma resolução específica para aplicação do recurso. E o Sr. Aldo Azevedo sugeriu que os recursos oriundos da Cobrança sejam submetidos sob a forma de um Plano de Aplicação a ser aprovado pelo CBH a exemplo do que acontece com os recursos do FERH que é submetido à aprovação do CERH antes da sua aplicação. Finalizada as discussões a palavra foi da Presidente do comitê, a senhora Pedromária, que chamou a atenção para o artigo 2º da minuta apresentada, onde fala que a cobrança será zero se o recurso não for gasto na bacia, assim como Órgão Gestor não cumprir com as suas obrigações. Para finalizar assembléia a presidente agradeceu a presença de todos, chamando a atenção para o momento Histórico na Gestão de Recursos Hídricos no Estado, ressaltando novamente os benefícios que a cobrança trará para o comitê e conseqüentemente para todos os usuários da bacia hidrográfica do Rio Formoso. Estando de acordo, firmamos a presente ata por meio da lista de presença em anexo.

Gurupi – TO, 14 de setembro de 2015.